



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

-ESTADO DE SÃO PAULO-



EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONVITE

CONVITE N°.005/2016

(Carta Convite – Menor Preço Global)

Licitação Modalidade Convite exclusiva para ME e EPP.

A Câmara Municipal de São Manuel, Estado de São Paulo, por solicitação da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de São Manuel, faço público para conhecimento dos interessados que se acha aberto neste Poder Legislativo, Carta Convite n° 005/2016, pelo tipo “menor preço global”, regido pela Lei Federal n°. 8666/93 e suas alterações, com encerramento previsto para o **19 de outubro de 2016 às 14:00 horas**, prazo máximo para entrega dos envelopes, e às 14:15 horas a abertura dos envelopes na Câmara Municipal de São Manuel situada na Rua Dr. Júlio de Faria, 448 - CEP 18.650-000.

1. DO OBJETO:

1.1. - Contratação de empresa especializada em confecção de móveis planejados e a devida instalação, conforme as especificações constantes do anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.

2. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

2.1- As despesas decorrentes do presente procedimento licitatório serão atendidas pela dotação, constante do orçamento da Câmara Municipal de São Manuel, para o exercício financeiro de 2016, **Dotação 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.**

3. DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES:

3.1- Maiores informações e esclarecimentos referentes a presente licitação serão fornecidos pela Comissão de Licitações da Câmara Municipal de São Manuel, situada na Rua Dr. Julio de Faria, 448, ou pelo telefone (014) 3841-4999.

3.2- Em caso de não solicitação por parte dos licitantes, de esclarecimentos e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

-ESTADO DE SÃO PAULO-



4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

4.1 - Poderão participar da licitação empresas convidadas, bem como aquelas que manifestarem, por escrito e devidamente protocolado, interesse em participar do certame com antecedência de, no mínimo, vinte e quatro (24) horas da data marcada para a entrega dos envelopes (Lei No. 8.666/93, art. 22, parágrafo 3o.). Sendo que a presente licitação destina-se exclusivamente para empresas ME e EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com alteração da Lei Complementar nº 147/2014.

4.2 - As empresas podem ser representadas, na licitação, por pessoa habilitada através de Carta de Credenciamento que deverá ser apresentada a Comissão de Licitação, até o início da sessão de abertura dos envelopes, separadamente daqueles contendo as propostas.

4.3 – Para fins do disposto no item **4.1** serão consideradas nulas as solicitações encaminhadas via correio eletrônico.

5 - HABILITAÇÃO – ENVELOPE No. 01

5.1 - Os proponentes deverão apresentar em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório, ou ainda apresentar na secretaria dessa Casa o documento original e uma cópia simples, antes do horário determinado para abertura desse Certame, a fim de que sejam autenticados por um funcionário público, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débito - CND, para com a Previdência Social - INSS; (Parágrafo 3º, artigo 195 da Constituição Federal), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

b) Certidão de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

c) Certidão Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, contendo sua última alteração devidamente registrado no órgão competente se o participante da licitação for sociedade comercial, e para os casos de sociedade por ações, o participante deverá apresentar os documentos probatórios da eleição de seus administradores (artigo 28, inciso III, Lei Federal n.º 8.666/93);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

f) Declaração expressa do licitante, sob penas da lei, de que se compromete a comunicar a Câmara Municipal de São Manuel, fatos supervenientes e impeditivos à participação no presente certame licitatório.

g) Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – Anexo II

Aceita-se certidões negativas com efeito de positiva. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial (art. 32 da Lei Federal 8666/93)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

-ESTADO DE SÃO PAULO-



5.2. - Serão considerados válidos por 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição os documentos que não tiverem prazo de validade fixado pelos respectivos órgãos emissores.

5.3. – A documentação de que trata a íntegra do item 5.1, deverá ser acondicionada em envelope lacrado, nos termos do item 7 (Da forma de preenchimento externo do envelope) acrescido do termo “HABILITAÇÃO”.

6. – Da Proposta Comercial

6.1.1 – A **Proposta Comercial** deverá ser apresentada em papel timbrado da Empresa, por processo de informática e atender a todas as exigências contidas neste EDITAL DE CONVITE e ANEXOS, ao final ser identificada, sendo assinada na última folha e rubricada nas demais, contendo:

6.1.2. Preço discriminado do objeto ora licitado, com o preço unitário e total, expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, taxas, impostos e outros pertinentes ao objeto licitado conforme o Anexo I – Termo de Referência;

6.1.3. Descrição das características dos bens ofertados, onde constem, obrigatoriamente, as características exigidas no presente Edital.

6.1.4. Serão rejeitadas as propostas que contenham rasuras.

6.3 - Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

7 - DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DO ENVELOPE:

7.1. - Envelope “HABILITAÇÃO”:

7.1.1. - Nome do órgão licitante: Câmara Municipal de São Manuel

7.1.2. - Convite:

7.1.3. - Abertura:

7.1.4. - Indicação da Razão Social e endereço completo do proponente.

7.1.5. - O envelope contendo a Documentação de Habilitação, deverá ser da **cor parda e estar lacrado.**

7.2. - Envelope “PROPOSTA COMERCIAL”:

7.2.1. - Nome do órgão licitante: Câmara Municipal de São Manuel;

7.2.2. - Convite:

7.2.3. – Abertura:

7.2.4. - Indicação da Razão Social e endereço completo do proponente.

7.2.5. - O envelope contendo a Proposta Comercial, deverá ser da **cor parda e estar lacrado.**



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

-ESTADO DE SÃO PAULO-



8 - SERÁ CONSIDERADO DESCLASSIFICADO O PROPONENTE QUE NÃO ATENDER AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL

9 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO:

9.1. – Da Habilitação

9.1.1. - Na data e horário constante no Preâmbulo deste Edital, a Comissão de Licitação efetuará a abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO”, que serão devidamente rubricados pelos membros da comissão e demais participantes da sessão e oferecidos para exame aos representantes das licitantes para o mesmo processo.

9.1.2. – Na ocorrência da inabilitação ou impugnação de algum proponente, estando o mesmo presente, lhe será oferecido o direito de defesa, nos termos da Lei, que poderá ser declinado de maneira expressa.

9.1.3. – Mantida a inabilitação ou aceita a impugnação, o envelope contendo a respectiva proposta será desconsiderado, devendo ser devolvido ao proponente, caso esse esteja presente, ou arquivado no corpo do processo, devidamente lacrado e inviolado.

9.1.4.- Será rigorosamente respeitado o direito Constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

9.1.5.- Havendo inabilitação ou impugnação de algum proponente e estando este ou algum outro ausente, será lavrada ata, onde constarão os motivos descritos minuciosamente que culminaram com a inabilitação ou impugnação do proponente.

9.1.6.- A sessão será encerrada, devendo ser comunicado através de fax ao representante da empresa inabilitada ou impugnada ausente e/ou representantes das demais empresas proponentes ausentes à abertura.

9.1.7.- Durante o prazo recursal, os proponentes terão acesso ao processo licitatório, porém, somente nas dependências dessa Câmara Municipal de São Manuel.

9.1.8.- Qualquer documento que integre o processo poderá ser reproduzido, desde que solicitado ao Presidente da Comissão de Licitação por escrito, pelo representante legal das concorrentes ou seus procuradores legalmente habilitados.

9.1.9.- Após o decurso do prazo garantido pela Lei 8.666/93, a Comissão de Licitação deverá julgar a inabilitação ou impugnação dos proponentes.

9.1.10.- A decisão deverá ser comunicada a todos os proponentes (podendo ocorrer via fax).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

-ESTADO DE SÃO PAULO-



9.2. - Da Proposta Comercial

9.2.1. – Esgotada a análise relativa à fase de análise da Habilitação, a Comissão Julgadora procederá à abertura dos envelopes proposta “COMERCIAL”, que serão primeiramente analisadas pela Comissão de Licitações e rubricadas suas laudas e oferecidas para exame aos representantes das licitantes para o mesmo processo.

9.2.2. - Nenhum adendo às propostas será permitido.

9.2.3.- Havendo impugnação de algum proponente e estando este ou algum outro ausente, será lavrada ata, onde constará os motivos descritos minuciosamente que culminaram com a impugnação do proponente.

9.2.4.- A sessão será encerrada, devendo ser comunicado através de fax ao representante da empresa impugnada ausente e/ou representantes das demais empresas proponentes ausentes à abertura.

9.2.5.- Durante o prazo recursal, os proponentes terão acesso ao processo licitatório, porém, somente nas dependências dessa Câmara Municipal de São Manuel.

9.2.6.- Qualquer documento que integre o processo poderá ser reproduzido, desde que solicitado à Presidente da Comissão de Licitação por escrito, pelo representante legal das concorrentes ou seus procuradores legalmente habilitados.

9.2.7.- Após o decurso do prazo garantido pela Lei 8.666/93, a Responsável pela Licitação deverá julgar a impugnação dos proponentes.

9.2.8.- A decisão deverá ser comunicada a todos os proponentes (podendo ocorrer via fax).

9.3. - As propostas serão julgadas pelo critério de **Menor Preço Global**.

9.3.1. – Não serão aceitas as propostas que não atenderem as exigências estabelecidas no presente Edital;

9.3.2. - Apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis;

9.3.3 - Para consideração dos preços propostos como inexequíveis ou excessivos, tomar-se-ão como parâmetros os preços de mercado;

9.4. - Da sessão será lavrada ata circunstanciada, onde constarão as eventuais manifestações dos participantes e que serão lidas em voz alta e serão assinadas pelos membros da comissão e pelos representantes credenciados das licitantes.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

-ESTADO DE SÃO PAULO-



9.4.1. - A ausência dos representantes das interessadas, em quaisquer das sessões marcadas, não constituirá impedimento para sua realização e as decisões tomadas serão tidas como aceitas expressamente, constando o fato da respectiva ata.

9.4.2. – Estando presentes à sessão de abertura dos envelopes, representantes de todas as licitantes e havendo neste ato renúncia expressa ao prazo recursal em razão da classificação e demais deliberações procedidas pela Comissão de Licitação, a sessão será encerrada.

9.4.3.- Será rigorosamente respeitado o direito Constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

9.5. - Será vencedora da licitação a licitante que obtiver o **menor preço global**.

9.5.1. - No caso de empate observar-se-á o disposto na Lei Complementar 123/2006 e suas atualizações e persistindo o empate, a classificação será realizada por sorteio, em dia e horário a ser definido pela Comissão de Licitações, sendo necessariamente convocados os licitantes empatados.

9.5.2.- A minuta do contrato faz parte integrante do presente edital.

9.6. - Terminada esta fase, a Comissão de Licitação dará por encerrada a sessão de abertura das propostas, lavrando ata circunstanciada, a qual será firmada pelos Membros da Comissão de Licitação e pelos presentes.

10. - DA VIGÊNCIA E PAGAMENTO

10.1. - A vigência contratual será de 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada entre as partes no caso necessário ao cumprimento do objeto.

10.2. - O pagamento referente à prestação dos serviços será efetuado após sua entrega e aceitação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor responsável.

11 – DO CONTRATO

11.1 – A assinatura do contrato se dará cinco dias úteis após a adjudicação do objeto da licitação, sendo a sua recusa injustificada por parte do licitante vencedor, qualificada como abdicação do direito de contratação, caracterizando-se o inadimplemento.

11.2– O contrato a ser celebrado com a licitante vencedora encontra-se anexo a este convite na forma de Minuta.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

-ESTADO DE SÃO PAULO-



12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1- No caso da inexecução do ajuste, além das penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei nº. 8.883/94, poderá ser aplicado ao infrator, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor do contrato.
- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir à administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção com base na letra anterior.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1- Fica reservado à administração, o direito de REVOGAR por conveniência ou interesse público, bem como ANULAR por ilegalidade a presente licitação, no todo ou parte, sem que assista aos licitantes direitos de reembolso ou indenização, desde que presentes os requisitos do artigo 49 e seus parágrafos, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

13.2 – A Comissão de Licitação poderá transformar o julgamento em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento das propostas, inclusive valer-se dos préstimos de profissionais especializados para auxiliá-la.

13.3 – E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, o presente Edital será afixado no quadro de avisos da Câmara Municipal de São Manuel e no site oficial da Câmara Municipal.

São Manuel, 04 de outubro de 2016.

Luiz Cláudio da Silva
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

-ESTADO DE SÃO PAULO-



Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	QTDE	ESPECIFICAÇÃO
01	1	Armário em MDF 18mm estrutura e 15 mm portas , na medida de 3,20m comprimento, 2,40m de altura, 0,50m de profundidade, contendo: 04 portas de correr (deslizantes em trilho) com puxadores de alumínio em barra; 12 prateleiras dividido em duas partes (06 para cada parte) , com regulagem de distância. Cor: padrão Imbuia
02	1	Armário em MDF 18mm estrutura/15mm portas, na medida de 1,20m de comprimento, 2,40m de altura, 0,50 de profundidade, contendo : 02 portas de correr (deslizante em trilho) com puxadores de alumínio (barra), 12 prateleiras divididas em duas partes, (06 para cada lado do armário), com regulagem de distância. Cor: padrão Imbuia
03	2	Armários em MDF 18mm estrutura/15mm portas, na medida de 2,00m de comprimento, 2,40m de altura, 0,50 de profundidade, contendo 02 portas de correr (com trilhos deslizantes) puxadores de alumínio (barra) , 12 prateleiras divididas em duas partes (06 para cada parte do armário), com regulagem de distância. Cor: padrão Imbuia
04	1	Armário em MDF 18mm, estrutura, 15mm portas, na medida , 1,18m de comprimento, 2,00 m de altura, 0,50m de profundidade, contendo 02 portas de correr (com trilhos deslizantes) puxadores de Alumínio (barra), 06 prateleiras, com regulagem de distância. Cor: padrão Imbuia
05	1	Armário em MDF 18mm estrutura/ 15mm portas, nas respectivas medidas : (2,86 m /2,07m) comprimento em "L", 2,40m de altura, 0,50 m de profundidade, contendo cada parte, 02 portas de correr (deslizantes em trilhos), com puxadores de alumínio (barra) ,02 portas basculantes cada lado, com puxadores de alumínio (barra),12 prateleiras para cada lado, com regulagens de distância. Cor: padrão Imbuia

São Manuel, 04 de outubro de 2016.

Luiz Cláudio da Silva
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

-ESTADO DE SÃO PAULO-



Anexo II

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Licitação: Convite nº 005/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada em confecção de móveis planejados e a devida instalação, conforme as especificações constantes do anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.

Declaro, sobe as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, é **Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência a que faz jus no procedimento licitatório em epígrafe, realizado pela Câmara Municipal de São Manuel.

Local/Data

Assinatura do Representante Legal

Nome:

RG:

CPF:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

-ESTADO DE SÃO PAULO-



Anexo III

MINUTA DE CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL E

Pelo presente instrumento, firmado entre a Câmara Municipal de São Manuel, sita à Rua Dr Julio de Faria nº 448, CNPJ/MF. Nº 04.398.387-0001-37, neste ato representado pelo Presidente, o Sr. Luiz Cláudio da Silva, RG. N.º, CPF/MF. N.º, a seguir denominada CONTRATANTE , e de outro a Empresa, sita à Rua na Cidade de, CNPJ/MF. Nº, neste ato representada pelo seu diretor,, RG. N.º e CPF N.º a seguir denominada CONTRATADA, fica justo e acertado o contrato de prestação de serviços profissionais, firmado com amparo do Convite N.º 005/2016, ao qual se subordinam as partes, e regido pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Contratação de empresa especializada em Fornecimento de

CLÁUSULA SEGUNDA - Em decorrência dos serviços mencionados na cláusula anterior, a contratada se obriga a fornecer á contratante os equipamentos descritos no Anexo I - Termo de Referência que faz parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - A contratante remunerará a contratada, pelos equipamentos recebidos na CLÁUSULA PRIMEIRA, a importância de R\$(.....).) em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação da Nota fiscal correspondente, devidamente atestada pelo setor responsável.

PARÁGRAFO 1º - Os pagamentos efetuados após o referido prazo, serão acrescidos de multa e juros moratórios, á razão de 2% (dois por cento).

CLÁUSULA QUARTA- A Contratada dá a garantia de.....aos produtos recebidos pela Câmara Municipal de São Manuel.

CLÁUSULA QUINTA - O presente contrato é firmado pelo prazo 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado caso exista necessidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

-ESTADO DE SÃO PAULO-



CLÁUSULA SEXTA - O descumprimento de qualquer das cláusulas aqui avençadas, inclusive o inadimplemento da CONTRATANTE (art. 78, XV da Lei 8.666/93), constituirá motivo justo para a parte lesada rescindir o presente contrato, sem obrigação á indenização. Neste caso, à parte lesada tem o prazo de 30 dias para comunicar por ofício o infrator, o rompimento do contrato, com as razões que ocasionaram.

CLÁUSULA SÉTIMA- O não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor ou nas condições contratuais, sujeitar-se-á a Contratada às penalidades e sanções previstas na Lei Federal 8.666/93 e, em especial:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor mensal do contrato, em caso de falha nos serviços prestados;
- c) Rescisão contratual por inexecução total ou parcial deste contrato.
- d) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir à administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção com base na letra anterior.

CLÁUSULA NONA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária nº, do presente exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro da Comarca da CONTRATANTE para dirimir eventuais desavenças da presente contratação.

Estando as partes de pleno acordo com o avençado, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

São Manuel,

Presidente da Câmara

Empresa

Testemunhas:

1-
RG. Nº

2-
RG. Nº